



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO E O NEOCONSERVADORISMO: DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Iara Eloane Bezerra Guerreiro¹

Resumo: O presente trabalho propõe-se a fazer uma breve análise dos impactos da Crise (estrutural) do Capitalismo, deflagrada na década de 1970, que resultou no processo de restauração do capital e nas transformações societárias a partir da década de 1980. E como o avanço de uma “onda neoconservadora”, tem desafiado os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, e a prática profissional.

Palavras-chaves: Neoconservadorismo. Capitalismo. Serviço Social. Projeto Ético-Político.

Abstract: The present work proposes a brief analysis of the impacts of the (structural) Crisis of Capitalism, which began in the 1970s, which resulted in the process of capital restoration and societal transformations since the 1980s. The advance of a "neoconservative wave", has challenged the principles of ethical-political project of Social Service, and its professional practice.

Keywords: Neoconservatism. Capitalism. Social Service. Ethical-Political Project.

Introdução

O presente texto propõe-se a uma breve análise dos desafios contemporâneos ao Serviço Social em legitimar o projeto ético-político frente ao processo de transformações societárias ocasionadas pela Crise do Capitalismo na década de setenta (70), a qual consagrou uma crise estrutural com impactos na cultura, economia, política, ética - todas as dimensões da sociedade. Centrando a reflexão deste trabalho sobre os desafios do Serviço Social, uma profissão que é marcada pelo conservadorismo torna-se vulnerável a todas essas mudanças. Considero afirmar que uma onda neoconservadora começa a se instalar no interior da categoria profissional legitimada pelo pensamento pós-moderno.

A pesquisa documental feita para este trabalho realizou-se a partir de análise bibliográfica de artigos e livros de autores como, por exemplo, David Harvey, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, entre outros que possibilitaram o estudo da temática. Possibilitando uma revisão literária para que fosse adensada a reflexão teórica acerca dos desafios do Serviço Social na contemporaneidade frente as transformações societárias decorrentes da crise estrutural do capitalismo.

Foi necessário ao sistema capitalista um processo de reestruturação e reorganização, o qual foi subsidiado pela ideologia neoliberal. As transformações societárias

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: iaraeloane@hotmail.com.

decorrentes a partir da década de 1970 afetaram diretamente a sociedade e incidem sobre o Serviço Social, o que implica em alterações profissionais, criam-se novas demandas, modificam-se os locais de trabalho e a formação profissional. O movimento pós-moderno expressa a hegemonia ideo-cultural do capitalismo globalizado acentuando cada vez mais o poderio do sistema capitalista. É esta temática que nos possibilita enxergar os atuais entraves que cercam o Serviço Social, a exemplo da efetivação do projeto ético-político profissional.

As consequências da crise estrutural só são evidenciadas no Brasil na década de noventa (90), mesmo período que o projeto profissional se legitima no interior da categoria, e caminha para sua consolidação. Ao mesmo tempo em que o Serviço Social trilha passos progressistas, é ameaçada a hegemonia de tal projeto pela conjuntura nacional que instala o projeto neoliberal e ameaça todos os direitos conquistados pela massa trabalhadora. O que nos leva afirmar que o projeto ético-político vai à direção contrária da ideologia neoliberal.

Desta forma, o presente trabalho apresenta inicialmente os rebatimentos da crise estrutural do capitalismo e as posteriores transformações societárias decorrentes da mesma. Seguida pela análise de como esse processo se espalhou pelo Serviço Social acarretando em um avanço do neoconservadorismo, legitimado pelo pensamento pós-moderno, colocando desafios a essa profissão em afirmar seu projeto ético-político no cenário em que se retomam as práticas conservadoras no exercício profissional, além da precarização dos locais de trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas, o sucateamento do aparelho estatal público, e conseqüentemente na perda de direitos sociais, com atendimento focalizado e políticas sociais compensatórias.

A crise do capitalismo e as transformações societárias contemporâneas

A crise atinge todas as estruturas da sociabilidade, e traz rebatimentos na forma como os homens estão estabelecendo as relações sociais e materiais, a ação coletiva se tornou difícil, o que privilegia o individualismo exacerbado. Isso se expressa na atualidade com o poder de concentração que as classes dominantes possuem sobre toda a riqueza produzida, e que esta não atende as necessidades básicas da maioria da população, a qual se encontra em situações de carência, extrema pobreza. O capitalismo segue uma lógica de reprodução cada vez mais perversa e desumana. Ele está interessado apenas em produzir, acumular e lucrar, as consequências desse processo para a sociedade e a natureza não são importantes e consideradas no ciclo capitalista.

Harvey (1998) sinaliza que com o período de recessão em 1973 têm-se a necessidade de entrar em uma época de racionalização e intensificação do controle do trabalho. Com isso, as décadas de 1970 e 1980 acarretaram em um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Conduzidos por novas

tecnologias, surge outra era de desenvolvimento capitalista com novos arranjos de organização política, econômica e social. Estruturando um sistema de acumulação, caracterizado por flexibilidade, desregulamentação, precarização, informalidade do mercado de trabalho.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1998, p. 140)

O regime de acumulação flexível configura em novos meios de acumulação representados pela globalização, expansão e financeirização dos mercados. Além de uma redefinição da função do Estado tendo como uma de suas principais mudanças a diminuição da sua ação reguladora, passando a atuar como um interventor mínimo, se direcionando principalmente ao mercado, tendo o papel² de favorecer as negociações, as reduções fiscais, e atenuar quaisquer movimentos de trabalhadores que pudessem “atrapalhar” as negociações comerciais, tinha-se apenas um compromisso social mínimo com a classe trabalhadora.

Quando pensada no âmbito do trabalho, a crise apresenta efeitos no modo de produção, nas relações trabalhistas. Com a introdução de novas tecnologias, houve uma intensificação da exploração do trabalhador com aumento da jornada de trabalho e novas relações de trabalho. Tem-se uma precarização, o aumento do trabalho informal e intermitente, perda de direitos trabalhistas, além de ampliação das taxas desemprego. O trabalhador que está vinculado à produção sofre um processo de expropriação daquilo que produz e não se reconhece naquilo que se transformou no produto de sua atividade, isto é, o mesmo está alheio aquilo que levou horas depositando forças físicas e espirituais, além de se tornar um mero consumidor que na maioria das vezes não usufrui daquela mercadoria, sendo apenas mais uma ferramenta descartável quando não há mais utilidade para o sistema de produção capitalista. O qual amplia cotidianamente a desigualdade social da humanidade.

Para minimizar essa questão da desigualdade social o capital tem realizado algumas ações compensatórias e limitadas, sem ir à raiz da questão social, através de políticas sociais, programas sociais, atividades humanitárias todas com uma atuação focalizada de combate a pobreza e fome, e em parceria com organizações sociais do terceiro setor.

Seguindo a linha do trabalho e as consequências da crise outro fator que implicará em ônus para a classe trabalhadora é a flexibilização das leis trabalhistas que expressa uma

² “Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas.” (HARVEY, 1998, p. 160)

perda de direitos trabalhistas, além de uma intensificação na produtividade, exploração, ampliação do número de atividades para um trabalhador sozinho. Tudo isso sem um aumento de salários que possibilite uma melhoria na qualidade de vida dessa classe. Esses acontecimentos vêm apenas aumentando a fragmentação entre a classe trabalhadora visto que a divisão de empregos formais e informais vem gerando uma competição entre os empregados. Se essa categoria já vinha sofrendo desmonte desde antes a reestruturação produtiva, com a mesma ela se acentuou. Com essa pulverização no interior da classe trabalhadora há uma dificuldade de lutar de forma ampliada e coletiva contra a exploração presente no modo de produção de capitalista, e criar-se uma sociabilidade que ultrapassa esse sistema, ao invés de realizar medidas paliativas e parciais.

Mesmo com fortes sequelas no âmbito material, a crise afetou também as atividades espirituais. Os setores de arte, comunicação, ciência, filosofia, educação, valores que são ações expressadas nas relações sociais são atingidas por essa crise de caráter estrutural.

Os efeitos nas ciências, em especial na filosofia se expressam por correntes que não vêem uma transformação do atual sistema posto, onde a exploração do homem pelo homem deve ter apenas ações que visem melhorar, aperfeiçoá-lo e não transformá-lo. Nenhum outro movimento intelectual exceto o que tem Marx como fundador visa a radicalidade do ethos dominante. Nesse sentido, o conhecimento não apreende a realidade como uma totalidade social não é capaz de articular os processos que a constituem para chegar as raízes dos fenômenos sociais, tem-se agora um conjunto de fragmentos que são analisados pontualmente. A efemeridade, imediaticidade, superficialidade, modismo são características principais do cotidiano. As relações se tornaram obsoletas, dessa forma tudo é rapidamente consumido e descartado, os novos produtos, as novas soluções e fórmulas surgem e desaparecem instantaneamente.

Os valores tornaram-se banais, se antes eram sólidos e estáveis perderam-se para um jogo de interesses, onde não há mais a noção do que pode ser certo ou errado. Isto é, a sociedade expõe opiniões sem medir os critérios, há uma intolerância, preconceitos em todas as categorias – raça, religião, etnia. Há um predomínio do individualismo, particularismo o que vem gerando a perda do poder coletivo de transformar a realidade social, os protestos, movimentos, revoluções se subdividiram em pequenos grupos com questões específicas, solucionado assuntos de formas isoladas. A perda dos valores que de certa forma remetiam mais as ações comunitárias se respaldam em uma característica do próprio capitalismo – a concorrência. Como afirma Tonet (2009, p. 123):

Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espalha por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, no mais das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo

modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder”.

As transformações operadas na vida social pela ofensiva capital ganham legitimidade com o pensamento pós-moderno. O mesmo parte de uma negação de toda perspectiva que pretende apreender a totalidade dos fenômenos e afirmação da efemeridade e da fragmentação. Com isso, a lógica de produção do regime de acumulação flexível que se expressa pelos setores segmentados, com um desmonte dos direitos trabalhistas, acirra uma competição entre os trabalhadores formais e informais, exaltando o individualismo exacerbado, os particularismos, cercado por múltiplas identidades que possuem interesses próprios e não dialogam com o todo.

A lógica cultural do capital tem expressado novos valores e regras de comportamento tanto na produção quanto na reprodução, e a pós-modernidade expressa a hegemonia ideológica desse capitalismo globalizado. Essa era pós-moderna acentua o poder do sistema de produção capitalista, visto que não se realiza questionamentos acerca do mesmo.

O avanço do Neoconservadorismo e os desafios para o Projeto Ético-Político

A reestruturação do capitalismo resulta em mudanças não apenas na ordem econômica e social, mas também no interior de algumas profissões – como o Serviço Social. No Brasil os ajustes fiscais ordenados pelo Banco Mundial acontecem algumas décadas depois. O país que viveu um período ditatorial (1964-1985), mesmo após o seu período de redemocratização presenciou-se uma transição democrática que favoreceu aos interesses do grande capital e do conservadorismo inerte à sociedade brasileira. Além disso, junto aos preceitos de reestruturação produtiva do capital transnacional com a ideologia neoliberal o projeto hegemônico da burguesia encontrou solo para sua construção. O presidente Collor de Melo destituído do cargo em meio aos movimentos democráticos já iniciava em seu governo o projeto neoliberal no Brasil, mas com *impeachment* não deu continuidade. Entretanto, em 1995, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso avançou com tal projeto hegemônico propondo a contrarreforma no Estado Brasileiro assinalados pelos órgãos financeiros internacionais.

Essa agenda neoliberal caiu “como uma luva” na sociedade brasileira, a qual é marcada por autoritarismo e conservadorismo. O neoliberalismo assumirá compromissos com privatizações, sucateamento do aparelho estatal público, refilantropização das políticas sociais, ataques as políticas de Previdência e Saúde, entre outros desmontes dos direitos sociais.

Dessa forma, é nos anos 90 que o Brasil começa a presenciar as consequências da crise estrutural com perda de direitos historicamente conquistados, o crescimento

exorbitante da miséria, da pobreza, da violência, desregulamentação do trabalho, o desemprego estrutural, aumento da exploração de trabalho, condições e locais precários para as atividades profissionais, e também o aumento da dívida externa dos países pobres, se afundando na dependência econômica dos países centrais.

O Serviço Social brasileiro também não está imune a todas as mudanças do mundo contemporâneo. A profissão é levada a pensar sobre esse cenário que está posto na contemporaneidade e nas refrações no interior da categoria. Dessa forma, na década de 1970 que o Serviço Social³ começa a ensaiar cenário de contestação às práticas profissionais de seu tradicionalismo conservador, que se dará primeiro pela revisão crítica da base científica proposta pelas ciências sociais, segundo pelo reordenamento sócio-político da Igreja, com posições anticapitalistas e antiburguesas e aproximação de movimentos laicos, e por fim o protagonismo da militância jovem.

O contexto de oposição crítica a esse conservadorismo é datado pelo movimento de Reconceituação, o qual foi inicialmente discutido em 1965 no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre/Brasil, seguido por seminários que ocorreram em diversos países como Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia. Entretanto, este movimento na América Latina foi interrompido devido a forte repressão das ditaduras-militares, tornando-se inconcluso. Este movimento de Reconceituação trouxe para o Brasil importante contribuições, presencia-se no que Netto (2011) denomina como perspectiva de intenção de ruptura, um momento de crítica e “rompimento” com o conservadorismo e o Serviço Social tradicional, além da aproximação, também, da tradição marxista, possibilitando a elaboração de um novo “projeto profissional”.

Um marco desse processo histórico de renovação da profissão, no Brasil, é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, em São Paulo o qual ficou conhecido como o Congresso da Virada, onde a comissão do congresso substituiu a mesa de abertura composta por representantes oficiais do governo militar por nomes de representantes do movimento dos trabalhadores.

O projeto profissional do Serviço Social está interligado a um projeto societário de transformação da sociedade. Marcado por uma maturidade teórica e capacidade crítica da profissão, interlocução com outras áreas de conhecimento e vertentes críticas da tradição marxista possibilitando o desenvolvimento na área da pesquisa. Com isso, o projeto tem em seu interior compromissos com a liberdade, emancipação humana, justiça social, dentre outros. Por isso, o mesmo está ligado a um projeto de sociedade que se propõe a superar a exploração e dominação de classe/etnia/gênero, construindo uma nova ordem social.

³ A crise do Serviço Social tradicional ocorria em distintos países. Especificando melhor, na América Latina, o movimento de Reconceituação teoriza esse processo de crítica e intenção de ruptura com a herança conservadora. O qual não se reduz a uma ação apenas da profissão, mas de todos os acontecimentos políticos e sociais que legitimaram esse episódio de confronto a tradição, ao reformismo.

O primeiro registro concreto de erosão com o conservadorismo se dá com o Código de Ética de 1986, que rompe com os pressupostos neotomistas e a visão conservadora hegemônica na profissão durante anos. Esse código foi revisado e aprovado, sendo concluído em 1993 dando forma ao novo código, tal qual é vigente até os dias atuais.

A partir desses conhecimentos, valores, concepções ideopolíticas no interior da profissão, há uma base para um projeto ético-político que se pauta na razão crítica, apreensão da totalidade, emancipação humana, entre outros ideais presentes no projeto da Modernidade. Com uma prática profissional para além da razão instrumental, a profissão aproxima-se de conceitos como da desigualdade, pobreza, sociedade civil, Estado, democracia, trabalho, dentre outros conhecimentos que se distanciam dos postulados pós-modernos.

É na transição da década de 80 para os anos 90 que há a estrutura básica do projeto ético-político⁴. Assim como projetos profissionais são caracterizados, trata-se de um projeto que se encontra em processo contínuo de desenvolvimento, aberto a incorporar novas questões, outras problemáticas e desafios. Tal projeto como já mencionado anteriormente tem em seu interior o reconhecimento da liberdade como valor central; o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Desta forma, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que está direcionado aos interesses das classes subalternas, em romper com essa ethos dominante de exploração, e propor uma ordem social que supere a lógica do capital. Seguindo por essas características, este projeto afirma, ainda, a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2001, p. 15-16)

Mediante todos os argumentos já levantados é notável o quanto essa ofensiva neoliberal era uma ameaça à implementação do projeto ético-político do Serviço Social. Este projeto vai à contramão do que se defende no neoliberalismo – privatizações; corte de direitos sociais; flexibilização das leis trabalhistas, entre outras características que penalizam o trabalhador, e favorecem uma economia que atende aos interesses do empresariado.

A perda do movimento democrático não se reduz apenas ao campo econômico-político, mas também na categoria profissional que exalta ideias neoconservadoras. Além das expressões ideoculturais que remetem ao pensamento pós-moderno. O qual se tornou hegemônico às classes dominantes do capitalismo que não prevêm nenhum projeto alternativo ao mesmo, e nem defendem a superação da ordem capital.

⁴ Na década de 1990 o projeto profissional ganha maturidade expressa pelo Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, Novas Diretrizes Curriculares de 1996.

Quando pensamos nos rebatimentos da crise ao Serviço Social é possível visualizar uma forte resistência política, inclusive pra manter o projeto profissional em meio as divergências de ideias. As expressões da questão social começam a ter respostas cada vez mais imediatas, os profissionais não dispõem de condições objetivas pra viabilizá-las. Não há uma postura crítica do profissional para apreender todas as dimensões de suas demandas.

As expressões da crise no exercício profissional são manifestadas em diferentes formas com alterações nas condições de trabalho e nos espaços sócio-ocupacionais, novas exigências do mercado de trabalho, requisitando à profissão soluções rápidas às demandas que surgem.

Os corte sociais e o sucateamento da esfera pública estatal, redimensiona a prática profissional e os locais de trabalho. As políticas sociais passam a ter um caráter compensatório e seletivo, o que distancia da concretização de direitos sociais universais e de qualidade que atenda a toda população. A profissão começa a se inserir massivamente no terceiro setor com contratos de trabalho flexibilizados, terceirizados sem respaldo das leis trabalhistas, levando os assistentes sociais a aceitar salários baixos e condições precárias de trabalho, além de exercer multitarefas, inclusive que não pertencem as suas atribuições privativas.

As exigências aos profissionais no mercado de trabalho se expressam em respostas cada vez mais técnicas e imediatas às demandas, configurando uma ação profissional pragmática e empírica, onde não há uma apreensão da totalidade e da essência das questões expostas pelos usuários, resultando em atividades burocráticas e vazias fortalecendo uma visão acrítica, alienada e fetichizada do real, da sociedade e suas respectivas relações. Conforme afirma em seu texto, SIMIONATTO (2008, pp. 105-106), a prática profissional reduzida à mera identificação das demandas aparentes e com atendimento focalizado que não ultrapassa o superficial e esconde o verdadeiro significado dessas expressões no interior das relações capitalistas, necessita de um aperfeiçoamento teórico e instrumental para intervir para além da realidade exposta e conhecer todas as dimensões das determinações sociais que estão postas nas novas condições históricas, materializadas em problemas sociais específicos ao campo profissional. Dessa forma, cabe ao profissional uma análise da vida cotidiana e dos movimentos e contradições pertencentes a mesma.

Esse contexto da ofensiva neoliberal fortalece o pensamento pós-moderno que se manifesta a partir do neoconservadorismo, pragmatismo, empirismo, ecletismo. O Serviço Social que tem em sua gênese uma aproximação com o conservadorismo consagra a intenção de ruptura com este tradicionalismo através do projeto ético-político, que tem influência da tradição marxista, o qual defende o exercício profissional a partir de uma

apreensão da totalidade, com os pressupostos da razão crítica, com uma intervenção que busque garantir os interesses da classe trabalhadora. É importante mencionar que essa (intenção de) ruptura não prevê a superação do conservadorismo no interior da profissão, mas sim a possibilidade de dialogar e expor abertamente posicionamentos ideológicos e políticos que teçam a crítica à ordem burguesa.

Entretanto, na década de 90, com todas as transformações societárias e a ideologia neoliberal dominante no capitalismo contemporâneo tem-se um retorno do discurso profissional alinhado a razão instrumental, fortalecendo o neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas que compreendem a ação profissional restrita a fragmentos, a qual passa atender as demandas do mercado com uma prática empírica, com uma apreensão superficial dos fenômenos sociais. Além disso, há uma despolitização dos movimentos sociais, o que imprime uma fragmentação e desmobilização das lutas democráticas da massa trabalhadora.

O capitalismo contemporâneo transforma a vida cotidiana, os valores, a sociedade em fragmentos, como algo efêmero que se desmancha no ar. Essa cultura contemporânea restringe a ética, e valoriza a moral individualista, o egoísmo, a violência, o indivíduo ao invés do coletivo. Toda essa cultura que caracterizam como pós-moderna, se constrói a partir de uma negação de todas as conquistas da sociedade moderna e tendências progressistas - da emancipação humana, da universalidade dos valores, da liberdade para transformar a sociedade. O que se reproduz são relações excludentes, desiguais, relativas, todos esses comportamentos que condizem com uma ideologia conservadora.

O pensamento pós-moderno ao negar o caráter emancipatório da razão moderna, enaltece a perspectiva conservadora. E o Serviço Social enquanto profissão que tem em seu histórico proximidades com as vertentes conservadoras, e uma prática profissional messiânica, repressiva, autoritária direcionada por instituições religiosas, torna-se "vulnerável" a reaproximação dessa ideologia reformista que paira sobre a sociedade. Dessa forma, tem-se a necessidade de investir no referencial teórico-metodológico, no conhecimento a partir da capacitação continuada, onde os profissionais dediquem-se a uma apreensão crítica da totalidade para compreender os fenômenos sociais existentes, e realize uma intervenção que enfrente o neoconservadorismo, o pensamento pós-moderno no cotidiano. Algumas formas de capacitação tem se reduzido aos espaços virtuais, cursos a distâncias, por isso é importante valorizar e manter as unidades de ensino das Universidades Públicas, que reproduzem o conhecimento crítico, e colabora para aperfeiçoamento do exercício profissional que deve cotidianamente afirmar os princípios éticos, utilizar a pesquisa como instrumento de intervenção, proporcionar um atendimento com escuta qualificada e o garantir sigilo profissional.

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle e com caráter tecnificista, com finalidade voltada para a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para realizar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. Instituições voltadas para a coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demandam ao assistente social atividades de controle e censura. O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade; as práticas de encaminhamento são seletivas, baseadas, muitas vezes, em critérios que envolvem avaliações morais, de classe e condição social. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo resgatando o conservadorismo profissional. Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária. (BARROCO, 2011, pp: 213-214)

Cabe a profissão lutar para a consolidação dos princípios éticos que norteiam a prática profissional e estão expressos no Código Ética Profissional, os quais devem se materializar de forma concreta nos atendimentos com os usuários, na intervenção profissional no cotidiano, na luta pelas políticas sociais que pressupõe direitos conquistados pelos trabalhadores. É através de um engajamento da profissão em afirmar cotidianamente o seu projeto ético-político articulado aos usuários e também outras profissões que defendem o projeto societário emancipatório que será possível enfrentar o pensamento pós-moderno e a classe burguesa que afirmam esse ethos dominante de exploração, de desigualdades, de preconceitos que estão postos no capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, se há uma herança conservadora, há também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado pela categoria profissional, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas pela mesma. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que foi resgatado dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporado ao projeto profissional. Desse modo, os pilares que sustentam este projeto ético-político em sua dimensão de ruptura — o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas — constituem uma grande conquista da categoria profissional que deve lutar diariamente, em todos os espaços sociais para manter e nortear o exercício profissional em meio ao caos ideológico, político e econômico que está posto pelo capitalismo contemporâneo. (BARROCO, 2011, pp: 215-216)

Apesar de ser uma profissão plural, e com indivíduos que possuem pensamentos distintos, o projeto hegemônico em curso na profissão trilha por dimensões políticas democráticas. Toda categoria profissional é campo de lutas e tensões, e possui divergências e contradições, mas é através da produção de conhecimento, dos debates, das discussões que se constrói o projeto profissional que representa auto-imagem da profissão. Tal projeto é formado por diferentes componentes, como: valores que legitimam sua prática profissional, saberes interventivos, normas, práticas, dentre outros. Mesmo com todas as adversidades políticas que o Brasil enfrenta com o neoliberalismo, é no interior da categoria, junto aos movimentos democráticos que deve ser feita a manutenção do projeto ético-político.

Considerações Finais

A produção deste trabalho considera a importância de estudar, analisar e explorar, ainda que de forma breve, o cenário contemporâneo e os desafios que vem sendo postos ao Serviço Social, pensando o seu projeto/exercício/prática profissional. Problematizando como as transformações societárias, a partir da crise estrutural do capitalismo, consolidaram o ethos dominante burguês, e sua hegemonia ideológica é legitimada pelo pensamento pós-moderno.

A intenção de ruptura da profissão com o conservadorismo mencionada ao longo deste texto não pressupõe uma superação dessas práticas conservadoras. O que vem sendo presenciado na atualidade é uma onda neoconservadora pairando - novamente - sobre o Serviço Social, ameaçando a hegemonia do projeto ético-político profissional. Os cortes sociais, o sucateamento do aparelho estatal público, o aumento do terceiro setor, a expansão do ensino a distância, o esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, a insurgência de movimentos conservadores no interior da profissão (a exemplo, o Serviço Social Libertário), os atendimentos focalizados e imediatistas, a política repressiva e punitiva contra a classe trabalhadora tornaram-se o padrão da atuação profissional. Isso não pressupõe que seja algo consensual na categoria profissional. Mas sim uma "imposição" feita pelo atual estágio do capitalismo, e as demandas postas à profissão.

Portanto, não está e nunca estará esgotado o debate das transformações que ocorrem no interior do Serviço Social, ela está em constante mudança de acordo com a conjuntura "política-econômica-social". Não sabemos o que pode vir a modificar, mas a certeza é que os tempos medievais estão cada vez mais próximos, a tecnologia segue avançando, porém a sociedade segue retrógrada abstenendo-se do pensamento crítico e aproximando-se do senso comum. Os indivíduos estão fechados em seus particularismos, e o coletivo está em ruínas.

Ainda que o atual cenário político do país seja espelho de um “ultraconservadorismo” e presencia-se uma criminalização dos movimentos de oposição, é primordial a luta contra esse fascismo posta na sociedade brasileira, e mais do que nunca afirmar os princípios éticos que norteiam a prática profissional expressos nas legislações desta profissão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social. Fundamentos ontológicos*. 8ª - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.106, pp.205-218.

_____. “Fundamentos Éticos do Serviço Social”. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília, DF, 2009.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. Coleção: Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 4. 3º ed - São Paulo: Cortez Editora, 2010

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: *CRESS-7ª Região. Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro, 2005.

_____; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social:*

Direitos Sociais e Competências Profissionais. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

em Serviço Social (ABEPSS). Brasília. 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Poder e a Glória: crescimento e crise no capitalismo de pós-guerra (1945-2000)*. São Paulo, mimeo, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8ª ed - São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 3ª ed - São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 — Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie"*. Serpa, 30-31 oct. 1º nov. 2010.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 2010, pp: 87-132.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. 16º ed - São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATO, Ivete. As Expressões ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009, pp: 87-106.

TONET, Ivo. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009, pp: 107-124.